


Da espontaneidade à direção consciente: a potencialidade das lutas sociais na realidade brasileira

From spontaneity to conscious direction:
the potential of social struggles in the Brazilian reality

Ivete Simionatto*  

Edinaura Luza**  

Fabiana Luiza Negri***  

Ravi Calseverini de Toledo****  

Resumo: O artigo oferece uma análise dos processos de mobilização e organização de quatro sujeitos políticos que tiveram destaque nas lutas sociais brasileiras nas duas primeiras décadas dos anos 2000. O foco recai sobre a busca por direitos e políticas sociais nas áreas de moradia, educação, saúde e assistência social, temas cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, o estudo revela as dinâmicas de mobilização e organização adotadas por esses sujeitos políticos, bem como suas perspectivas e estratégias de ação. A formação de uma consciência crítica é um elemento central neste processo, pois permite uma articulação mais ampla com outras lutas populares, potencializando a força coletiva e a visibilidade das reivindicações. A conclusão do estudo é particularmente relevante, pois reafirma a importância desses sujeitos políticos não apenas em suas ações específicas, mas também no papel que desempenham na sociedade civil como um todo. Essa análise é fundamental para compreender as dinâmicas das lutas sociais no Brasil contemporâneo, os desafios que ainda

Abstract: The article provides an analysis of the mobilization and organization processes of four political subjects that stood out in Brazilian social struggles during the first two decades of the 2000s. The focus is on the pursuit of rights and social policies in the areas of housing, education, health, and social assistance, which are crucial themes for building a fairer and more equal society. Through bibliographic and documentary research, the study reveals the dynamics of mobilization and organization adopted by these political subjects, as well as their perspectives and action strategies. The formation of a critical consciousness is a central element in this process, as it allows for broader articulation with other popular struggles, enhancing collective strength and the visibility of demands. The conclusion of the study is particularly relevant as it reaffirms the importance of these political subjects not only in their specific actions but also in the role they play within civil society as a whole. This analysis is essential for understanding the dynamics of social struggles in contemporary Brazil, as well as the challenges that remain in the fight for rights and the construction of an

* Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ivetesimionatto57@gmail.com

** Universidade Estadual de Maringá. E-mail: edinauraluza@yahoo.com.br

*** Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabianaluizanegri@yahoo.com.br

**** Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: calsevtoledo@gmail.com

permanecem na luta por direitos e na construção de um projeto de sociedade emancipatório.

emancipatory social project.

Palavras-chaves: Sujeitos políticos; Mobilização; Organização; Vontade coletiva.

Keywords: Political subjects; Mobilization; Organization; Collective will.

Introdução

O artigo tem como foco o resgate dos processos de mobilização e organização das lutas sociais de quatro sujeitos políticos¹ em destaque na realidade brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. A escolha destes sujeitos está relacionada às suas práticas sociais, atuação, abrangência e capilaridade em âmbito nacional na organização das classes e grupos subalternos vinculados aos direitos e políticas sociais, nas áreas da moradia, educação, saúde e assistência social, a saber: 1) *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST): movimento de caráter social, político e popular fundado em 1997, que advoga principalmente o direito à moradia, a reforma urbana e a diminuição da desigualdade social. Com dimensão territorial, destaca-se pela atuação na organização dos trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem - os bairros periféricos; 2) *Rede Emancipa*: movimento social de Educação Popular, criado em 2007, voltado à luta pela democratização do acesso à universidade a partir de um projeto político-pedagógico de educação transformadora e emancipadora para a juventude periférica em todo o Brasil. Integram a Rede: estudantes secundaristas, universitários, professores do ensino básico e superior, famílias e associações de bairro; 3) *Frente Nacional contra a Privatização da Saúde* (FNCPs): criada em 2010, tem por objetivo defender o SUS público, estatal, gratuito e universal, lutar contra a privatização da saúde e pela defesa dos pressupostos da Reforma Sanitária formulada nos anos 1980; 4) *Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - e da Seguridade Social* (FNDSUAS): criada em 2016, é uma organização plural de trabalhadores, usuários, gestores, entidades, instituições não-governamentais, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileiras².

¹ Sujeito político é compreendido aqui na relação com a concepção gramsciana de sujeito coletivo. Ao mesmo tempo em que luta por interesses específicos de camadas de classe, tais lutas não se desvinculam da construção de um projeto societário, de uma “reforma intelectual e moral” que tem no partido político a sua máxima expressão. Para Gramsci (2000, p.15), só o partido político poderá construir uma vontade coletiva, agregar as vontades singulares, sendo “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”.

² O artigo é parte do resultado da pesquisa em andamento: Organização política, lutas sociais e vontade coletiva no Brasil entre 2010 e 2020 financiada pelo CNPq e desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A dinâmica de mobilização e organização destas agregações apresenta características e princípios político-ideológicos que as singularizam no âmbito da sociedade civil (Souza, 2002), tais como: formas e bases da organização, perspectiva política, formação da consciência crítica, articulação com outras lutas populares, táticas e ações prático-políticas. Para investigar tais particularidades, utilizou-se da pesquisa qualitativa documental, por meio de materiais elaborados pelos próprios sujeitos investigados, bem como da literatura produzida sobre o tema, fundamentando-se na perspectiva histórico-dialética.

Em diálogo com o pensamento de Gramsci, os conceitos de mobilização, organização política e vontade coletiva, destacam-se como suportes teóricos na presente análise e guardam intrínseca relação com a filosofia da práxis, a permanente dialética entre teoria e prática, indivíduo e coletivo, pensamento e ação. Organizar cientificamente as massas populares, transformar a espontaneidade em direção consciente, superar a relação entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos, constituem-se temas centrais desenvolvidos por Gramsci (2004, 2004a, 2000) ao longo de sua obra, denotando a preocupação do marxista sardo com a organização política da classe trabalhadora pautada pelo princípio associativo e solidário, na perspectiva emancipatória e revolucionária.

Destaca-se a relevância do tema na produção de conhecimentos voltados à compreensão da dinâmica das lutas sociais no capitalismo contemporâneo, bem como as formas de organização e práticas políticas no contexto atual de crise orgânica (econômica e política), de retrocessos da democracia, da necessidade de transformar o Estado diante da erosão de conquistas sociais e políticas, de fortalecimento do processo de construção de uma vontade coletiva capaz de disputar hegemonia na presente conjuntura. Ressalta-se, ainda, a relevância do tema pela centralidade que ocupa no debate teórico marxista, com grandes implicações para o Serviço Social, seja na dimensão de seu compromisso ético-político, seja na reflexão relativa à prática profissional vinculada aos processos de mobilização e organização popular (Duriguetto, 2014; Abreu, 2002).

Movimentos em movimento: as bases da organização

Os sujeitos políticos eleitos para o estudo em tela apresentam trajetórias que se entrecruzam nas diferentes conjunturas entre o final dos anos 1990 e as duas primeiras décadas dos anos 2000. Pretende-se destacar os elementos comuns que os caracterizam, especialmente no que tange aos processos de mobilização, organização e perspectiva política.

Na conjuntura dos anos 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso e a implementação mais direta das medidas neoliberais, com a retirada de direitos e enxugamento

dos papéis e funções do Estado, verifica-se o crescimento exponencial das periferias urbanas e o agravamento dos problemas de infraestrutura e de moradia. É neste contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Fundado em 1997, é um movimento social classista que advoga principalmente o direito à moradia digna, mas, igualmente, um projeto político anticapitalista. Inicialmente organizado como um setor urbano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MTST surgiu em decorrência da explosão dos problemas nas periferias urbanas, especialmente com a falta de moradia adequada numa época em que a população brasileira se concentrava cada vez mais nas cidades (MTST, 2024). A partir dos anos 2000, com a atuação na grande São Paulo, o movimento ganha expressão política, sendo reconhecido nacionalmente. Dados mais recentes apontam que o MTST organiza 55 mil famílias em 14 estados do Brasil (Simões; Campos; Rafael, 2017).

Em vários estados, os agrupamentos do MTST surgem da atuação do movimento comunitário, dos comitês de bairro, de organizações espontâneas nos bairros e periferias das grandes cidades (MTST, 2024). “O comitê de bairro” – conforme escreve Gramsci (2004a, p. 248) – “deveria ser a emanção de toda a classe trabalhadora que habita o bairro, emanção legítima e dotada de autoridade, capaz de fazer respeitar uma disciplina”. Daqui surge o trabalho coletivo. O elemento “espontaneidade”, contudo, “não é suficiente para a luta revolucionária”. Não é suficiente para que as classes subalternas questionem e superem os limites da democracia burguesa: “É necessário o elemento ‘consciência’, o elemento ‘ideológico’, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações sociais”, suas tendências fundamentais e os antagonismos existentes em seu seio (Gramsci, 2004a, p. 294).

E, para tal, o MTST desenvolveu uma pedagogia junto à população, que “participando do Movimento se politiza” (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 87-88) e no curso do processo forma a consciência de classe, buscando superar a espontaneidade para chegar à direção consciente. A consolidação de uma metodologia de atuação, articulando o trabalho de base e a dimensão territorial no espaço urbano, a autonomia política e o horizonte de construção do poder popular a partir dos de baixo, com pessoas que habitavam um barraco de lona preta, contribuíram decisivamente para construir a história do movimento no país.

Um dos primeiros desafios no processo organizativo foi como lidar com a lógica urbana de empoderamento da especulação imobiliária, da indiferença dos governos estaduais e municipais, por meio do poder judiciário. A resposta do movimento deu-se com a constituição dos núcleos territoriais, necessários para manter a organização de base, para além dos terrenos ocupados através de reuniões periódicas em locais públicos. As mobilizações a partir dos

territórios contribuem, desse modo, para caracterizar o MTST como uma referência nas lutas das periferias das grandes cidades (Simões; Campos; Rafael, 2017).

A estadualização foi sempre uma das metas do movimento, tendo em vista que o processo de mobilização e de organização em um país de dimensões continentais, exige estratégias diferenciadas, através de uma metodologia de ação que articula o trabalho de base e a dimensão territorial no espaço urbano. Desse processo, construiu-se a estrutura organizativa do MTST em três tipos de instâncias: a) coletivos políticos – compreendem a coordenação nacional e as coordenações estaduais; b) coletivos organizativos – responsáveis por atividades específicas nas ocupações; c) coletivos territoriais – compreendem desde a coordenação de ocupações, passando por núcleos nas comunidades, até os chamados coletivos regionais (MTST, 2013).

Para além das lutas por moradia, no campo popular urbano, o MTST impulsionou a criação, em 2007, da *Resistência Urbana - Frente Nacional de Movimentos* –, uma articulação em âmbito nacional que congrega movimentos populares urbanos, pautados nos princípios da ação direta e a autonomia perante partidos e governo. Desde então, a *Frente* tornou-se o principal polo combativo dos movimentos populares urbanos, cuja direção política tem em vista a superação dos interesses econômico-corporativos, transformá-los em “interesses de todos”, buscando, “além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral [...] criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (Gramsci, 2000, p.41).

Não obstante, as ações e a direção do movimento também sofreram alterações nas diferentes conjunturas e no contexto das relações de força que dela emergem. Nesse sentido, é importante retomar os novos direcionamentos, táticas e estratégias adotadas com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, no início dos anos 2000, desencadeando uma nova relação entre governo e movimentos sociais. A perspectiva ativista e de corte socialista que sempre caracterizou o PT, transmutou-se em estilo de gestão, frustrando em grande medida, a expectativa dos movimentos sociais. De 2003 a 2013, os governos Lula e Dilma, embora simpáticos e defensores das demandas populares, nem sempre agiram em favor delas. Nessa conjuntura o MTST partiu para a ação direta contra o “latifúndio urbano” ocupando prédios e terrenos nas grandes cidades. A ação direta através da ocupação de bens imóveis que não atendem à sua função social é a principal forma de atuação do MTST. As táticas incluem ainda, ocupações de terrenos, prédios públicos ou privados abandonados, obstrução de rodovias e avenidas e ações transgressivas como a ocupação de Ministérios e órgãos públicos, ferramentas decisivas na negociação com os governos e pressão junto ao Estado (Alonso, 2023).

Registra-se ainda, entre 2013 e 2014, as mobilizações contra os impactos dos megaeventos em que o MTST se destacou como um dos principais atores, a participação nas Jornadas de Junho, os embates sobre a Copa do Mundo e o Plano Diretor da cidade de São Paulo. Em 2015 lança a *Frente Povo Sem Medo* (2015) como expressão da reconfiguração do campo popular da esquerda, aglutinando organizações que estavam ao lado do governo petista, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), e movimentos autônomos e críticos ao petismo, revelando a sua capacidade mobilizadora. A estratégia que pautou o manifesto da *Frente* foi a retomada dos protestos de rua, com grandes manifestações populares. O movimento também buscou fortalecer o trabalho de base, principalmente nas periferias urbanas, contra a ofensiva conservadora, a intolerância, a criminalização dos pobres e das lutas sociais (MTST, 2015).

Mesmo diante das ações repressivas do Estado, da perseguição e de sua criminalização, o que se observa de comum no movimento é a resistência e a exigência do direito constitucional de ter onde morar. Assim, das crises e retrocessos também nascem as possibilidades de resistência. Com a organização, “forma-se um novo hábito, ou seja, o de não ter medo do fato novo: num primeiro momento, porque pior do que está não pode ficar; em seguida, porque surge a convicção de que as coisas vão melhorar” (Gramsci, 2004 p. 108).

Outro ponto a destacar é a preocupação com a preparação política das bases, através de cursos de formação e sua função decisiva na construção de um novo modo de pensar, como evidenciam os depoimentos de militantes: “Através do curso, aprendi o que era mais valia, como os patrões adquirem suas riquezas, que na verdade foram tiradas dos outros”. E ainda: “O processo de luta foi moldando outra mentalidade acerca do movimento de moradia. A visão de mundo é transformada, e vem a compreensão de que só se chega à vitória com lutas” (Simões; Campos; Rafael, 2017, p.81). Para além das ações imediatas, a capacidade de organização e a determinação militante do MTST têm impulsionado importantes conquistas agregadoras de um pensamento crítico estratégico sobre questões do Brasil, da sociedade, do capitalismo, da conjuntura internacional.

Se para Gramsci (2000a, p.15) não há organização sem intelectuais, destaca-se aqui o papel formativo deste movimento, e também dos demais discutidos neste artigo, na criação dos próprios quadros, de “camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. Os intelectuais, exercendo função análoga à do partido político contribuem, com sua ação, para preparar a hegemonia da classe a que está vinculado sobre o conjunto dos seus aliados.

Enquanto perspectiva política, o MTST (2013) está comprometido com a construção de alternativas populares para combater a mercantilização da moradia, construir o poder popular, articular a luta por teto com outros direitos, combater a fome, além da reforma urbana e da diminuição da desigualdade social. Partindo do lema “teto, trabalho e pão”, a proposta do movimento está intimamente relacionada à busca por uma transformação mais profunda da sociedade brasileira, na perspectiva anticapitalista e emancipatória.

Outro movimento estudado é a Rede Emancipa. Criada em 2007, é resultado da luta de professores universitários e estudantes pelo resgate do Cursinho da Poli, do Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo (USP), que, desde 1987, se constituía em um espaço público de preparação de jovens para o vestibular. A partir de 2000, contudo, por meio de manobras jurídicas de ex-presidentes e diretores, o cursinho foi transformado em uma proposta de mercado. Apesar das inúmeras tentativas de recuperação da proposta inicial, o processo não foi revertido. É nesse contexto que surge a Rede Emancipa, com o objetivo de agrupar pessoas na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e à educação de qualidade em todos os níveis, com vistas a inserir estudantes nas escolas e universidades públicas, especialmente os de baixa renda, “lutar contra a lógica excludente e meritocrática do vestibular; construir uma educação popular transformadora e emancipadora” (Carvalho, 2017).

Inspirado no conceito de educação popular de Gramsci e Paulo Freire, o nome “Emancipa” expressa o pressuposto da educação para emancipar os sujeitos sociais e possibilitar o acesso das classes subalternas ao ensino superior. É a partir dessa orientação teórica e política que a Rede busca construir o que denomina de “Pedagogia da Esperança”.

A base social da Rede Emancipa é composta pelos cursinhos populares, por alunos e ex-alunos de escolas públicas de cursos regulares, como o Educação para Jovens e Adultos (EJA), trabalhadores em geral das mais diferentes idades, professores, militantes de partidos de esquerda e estudantes universitários comprometidos com os princípios que defende. Seus professores são voluntários e militantes, majoritariamente alunos ou ex-alunos da USP e ativistas do movimento estudantil, organizados em torno do coletivo *Romper o Dia*, que exercia à época hegemonia no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, empreendendo uma disputa qualitativa na pauta e na agenda do movimento estudantil no Brasil (Carvalho, 2017).

A organização e a mobilização dos estudantes são os principais motores da história da Rede. Eles garantem a “vida do cursinho” [...] organizam o café, os círculos, a grade de aula, o Sarau, os passeios e os grupos de estudos” (Carvalho, 2017 p. 8). Até 2019, a Rede contava com mais de 60 unidades em 10 estados e no Distrito Federal, sendo 27 no estado de São Paulo. Localizados nas periferias, os cursinhos têm como base física escolas, residências e espaços

públicos, como praças e bibliotecas. Do mesmo modo que o MTST, a Rede constitui-se em uma ferramenta para a organização da juventude, especialmente nas regiões mais afastadas e negligenciadas dos grandes centros urbanos.

A direção política assumida pela Rede é a compreensão do cursinho e da escolha de uma profissão como um projeto individual. Não obstante, as escolhas sinalizam para o tipo de pessoa e de trabalhador que se pretende ser. A Rede entende que as escolhas pessoais e as visões individuais de mundo podem se articular a um projeto mais amplo, contribuindo tanto para reproduzir os problemas e as desigualdades como para resolvê-los (Mendes, 2011; Carvalho, 2017). Para Gramsci (2004, p.152), “o princípio da organização [...] é superior ao da liberdade pura e simples”. Se a classe burguesa reduz a “afirmação dos direitos do indivíduo à liberdade e à iniciativa” [...], a classe proletária luta pela afirmação dos “direitos da coletividade, do trabalho coletivo, contrapondo à liberdade individual, à iniciativa individual, a organização das iniciativas, a organização das liberdades”. Nesse sentido, a proposta político-pedagógica da Rede busca oferecer uma educação “que ajude a devolver o poder instituinte ao povo, que permita à maioria tomar em suas mãos as rédeas do próprio destino” (Carvalho, 2017, p. 6). As propostas pedagógicas transcendem, assim, seus objetivos propedêuticos, tendo como horizonte a formação e o desenvolvimento da consciência crítica por parte dos estudantes frente à realidade social e política em que estão inseridos.

No que se refere à mobilização, a Rede participou ativamente, em todo Brasil, das manifestações de 2013, incluindo pautas como transporte público, moradia e saúde, além da educação. Entre 2015 e 2016, frente ao anúncio do governo do estado de São Paulo, de forma autoritária e sem diálogo, de que centenas de escolas públicas seriam fechadas, a Rede mobilizou mulheres, jovens e estudantes secundaristas, que ocuparam mais de 200 escolas, culminando em centenas de atos contra as medidas, com amplo apoio da sociedade. As mobilizações se estenderam a outros estados, a despeito da repressão e da violência exercidas pelos aparelhos coercitivos do Estado. Destes eventos, surgiram dois dos principais canais de informação e mobilização das ocupações nas redes sociais – “*Não fechem minha escola*” e o “*Manual de Mobilização e Ocupação de Escolas*”, inspirados nas ocupações secundaristas chilenas (Carvalho, 2017).

A mobilização também ocorre na luta por espaços públicos coletivos e aulas inaugurais unificadas, como no vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Além disso, a voz da periferia se faz presente em fóruns, mesas de discussões, congressos e eleições estudantis, que ocupam praças, quadras e centros de juventude.

A necessária articulação com outros movimentos sociais, como o MST, MTST e partidos políticos levou a Rede a substituir em seu nome a expressão “*Movimento social de cursinhos populares*” por “*Movimento Social de Educação Popular*”. Sua direção política se expressa no tripé: luta pelo acesso à universidade, ação dentro das escolas públicas, o direito à cidade e a supressão das relações desiguais estabelecidas pela opressão de classe (Castro, 2011).

Novas trincheiras de luta: a articulação das Frentes

No final do segundo mandato de Lula, em 2010, com o agravamento dos processos de descaracterização do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente por meio do repasse da gestão de serviços para Organizações Sociais (OSs), foi articulada a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), como protagonista no resgate e na defesa do projeto de saúde pública pleiteado pelo Movimento da Reforma Sanitária e na luta contra a privatização da saúde pública no Brasil. É uma frente “suprapartidária, de esquerda e anticapitalista”, que, desde sua criação, vem construindo, por meio de um esforço coletivo, a articulação de diversas lutas em defesa do SUS de caráter público, 100% estatal e de qualidade, contra os processos de privatização e a favor de melhorias das condições salariais e de trabalho dos profissionais de saúde (FNCPS, 2023).

Seu surgimento vincula-se à mobilização dos Fóruns de Saúde dos estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Paraná contra a transferência dos serviços de responsabilidade do Estado para as Organizações Sociais (OSs) e a privatização da saúde. Uma das principais ações desencadeadas por meio dos Fóruns foi a luta a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 1923/1998, contra a Lei 9.637/1998, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso no bojo da Reforma do Estado, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização. Tendo essa articulação e mobilização como ponto de partida, foi realizado o Seminário Nacional “20 anos de SUS: Lutas sociais contra a privatização e em defesa da saúde pública estatal”, com a presença de movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, núcleos e/ou setoriais de partidos políticos, professores e estudantes vinculados à saúde, totalizando 400 participantes. Seu objetivo foi o de fortalecer a articulação nacional entre os fóruns de saúde dos diversos estados com outras entidades, bem como ampliar a mobilização em todos os estados brasileiros. Na plenária deste Seminário teve lugar a criação oficial da FNCPS, com uma coordenação nacional e o propósito de articular as ações, ampliar o debate e estimular a criação de fóruns nos estados (Bravo, 2011).

No que tange à organização, a FNCPS (2024a) é composta por um total de 38 Fóruns, sendo 20 estaduais, um no Distrito Federal e 17 municipais. Em sua organização interna, opta

pela horizontalidade, não havendo funções ou cargos estabelecidos e as decisões são baseadas no consenso dos membros do colegiado. Ademais, a divisão de tarefas ocorre a partir da formação de comissões temporárias, de acordo com as demandas que surgem na luta pela saúde pública e contra sua privatização.

As principais ações da FNCPS compreendem: a) no campo sociojurídico: ações civis públicas de inconstitucionalidade contra leis municipais e estaduais e suas implementações; b) no âmbito do parlamento: articulação e pressão junto aos parlamentares, por meio de manifestações nas câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional, quando da votação de projetos privatizantes; c) no conjunto da sociedade: realização de debates sobre a privatização junto aos trabalhadores da saúde e usuários do SUS; d) nos espaços de controle social: realização de ações de pressão sobre os mecanismos institucionais (conselhos e conferências) para adoção de posicionamentos contra os “novos modelos de gestão”; e) no âmbito da formação: realização de cursos de atualização, debates, incentivo a pesquisas e trabalhos de extensão em torno da saúde pública; f) nos meios de comunicação: produção de material para divulgação nas entidades, partidos, sindicatos e na grande imprensa, bem como nas redes sociais (Bravo; Menezes, 2014; Luza, 2018).

Retomando os princípios da Reforma Sanitária, a FNCPS compreende a saúde no contexto mais amplo das lutas antineoliberais e anticapitalistas para a supressão das desigualdades sociais, com prospecção socialista, abarcando as necessárias mediações do processo do cotidiano das práticas de saúde, articuladas às lutas gerais dos trabalhadores (Bravo; Menezes, 2014). Pode-se dizer que a FNCPS é um movimento social com posicionamento político demarcado, embora não homogêneo, que tem como eixo comum a luta contra a privatização da saúde (Nascimento, 2023).

As principais bandeiras de luta da FNCPS (2024b, 2024c): são: a Defesa incondicional do SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob a gestão direta do Estado; contra todas as formas de privatização, incluindo quaisquer parcerias público-privadas; garantia de no mínimo 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a saúde, mediante investimento público e financiamento exclusivo da rede pública estatal de serviços de saúde; fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU); auditoria da dívida pública; posicionamento contra os subsídios públicos aos planos privados de saúde; luta contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde; defesa de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e da carreira pública de Estado para o pessoal do SUS; defesa da implementação da reforma psiquiátrica e contra as internações e recolhimentos forçados; luta contra a “higienização social” e despejos provocados pela organização de megaeventos; luta pela efetivação do controle social

democrático; mobilização para encaminhamento de projeto de lei de iniciativa popular que revogue a EC 95/2016.

A atuação da FNCPS vem se constituindo no cenário nacional brasileiro em uma importante estratégia para a mobilização e organização não somente em torno da saúde, mas das demais demandas da classe trabalhadora. São as correlações e equilíbrios de forças produzidas pelas classes sociais que determinam a distribuição de bens, serviços e direitos. Além disso, é por meio da mobilização de classe e da correlação de forças que a política social se afigura muito mais do que um meio para atenuar malefícios sociais no capitalismo (Pereira, 2013), mas como estratégias para a construção de uma nova sociabilidade.

Em termos de articulação política, a Frente congrega sindicatos, partidos políticos, conselhos profissionais, conselho nacional de saúde e movimentos sociais dentre outros, podendo-se elencar: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT), Unidade Popular (UP), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); entidades de categorias profissionais: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), Fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA). Destacam-se ainda, Executivas de Estudantes de Serviço Social, Farmácia, Medicina e Nutrição, Fórum dos Residentes em Saúde, MST, MTST. Durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a FNCPS somou-se à luta de outros movimentos sociais contra o golpe de 2016, através da participação em diversas manifestações populares e da elaboração de documentos divulgados nos meios de comunicação da própria Frente (Bravo; Pelaez; Pinheiro, 2018; Nascimento, 2023).

Ao colocar-se no campo da luta de classes e na defesa de um novo projeto societário, a aliança da FNCPS com outros sujeitos políticos, a exemplo do MTST e da Rede Emancipa, configura-se como imprescindível para que as reivindicações e necessidades particulares de cada movimento sejam mais amplamente articuladas em instâncias de universalização, a exemplo dos partidos políticos, enquanto síntese dos interesses de classe e propulsores da formação de uma vontade coletiva nacional-popular.

Outro sujeito político foco deste estudo é a Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Seguridade Social. (FNDSUAS). Criada em 2016, a Frente nasceu em protesto ao quadro político e econômico instalado no Brasil após o golpe jurídico-

parlamentar sofrido pela presidente Dilma Rousseff. Selado o processo de *impeachment*, Michel Temer assume o poder e dá início a um novo ciclo de contrarreformas, mediante a retomada do projeto neoliberal ortodoxo dos anos 1990, vinculado aos interesses de frações da burguesia nacional e do capital internacional. Tais contrarreformas pautaram-se no corte de investimentos em políticas sociais, no desmonte de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, com grande impacto sobre a população mais pobre. As propostas do então governo ganharam materialidade com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto de Gastos) e a reforma trabalhista – Lei 13.467/2017, com incidência direta nas políticas sociais, dentre elas a assistência social.

Essa conjuntura mobilizou diversos setores e entidades atuantes no campo da assistência social para criar um movimento de resistência em defesa das políticas públicas e dos direitos sociais. É nesse contexto que surge a FNDSUAS, uma organização plural de trabalhadores, usuários, gestores, entidades, instituições não-governamentais, professores, pesquisadores, parlamentares e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileiras. Sua organização foi sendo constituída através da criação de frentes estaduais, comitês regionais e locais. Conta com uma coordenação nacional executiva e as respectivas coordenações estaduais e locais (FNDSUAS, 2022a).

Por meio de suas coordenações, a Frente articula-se tanto com pessoas envolvidas diretamente na política de assistência social quanto com diferentes entidades e movimentos sociais defensores dos direitos sociais, levantando questionamentos e provocando debates que reafirmam sua direção política, seu compromisso com a justiça social, a democracia, a cidadania, na luta e resistência contra o desmonte dos direitos e da proteção social.

As estratégias adotadas pela Frente partem desde a elaboração de documentos e informes de orientação aos/às trabalhadores/as e usuários/as do SUAS até mobilizações de rua em defesa dos programas, projetos, serviços e benefícios. Outra estratégia adotada são as conferências, encontros e seminários, atividades coletivas que abordam os mais variados temas dentro do espectro de defesa da política pública de assistência social e da Seguridade Social. Na pesquisa realizada, foi possível constatar cerca de 40 atividades realizadas no período de 2016 a 2020, incluindo *lives*, notas de manifestação em protesto e repúdio aos cortes de investimentos na política de assistência social, promoção de atos públicos, com a participação de trabalhadores/as do SUAS, de usuários/as e entidades sociais. Para a mobilização e a articulação popular das entidades e dos diversos segmentos que integram a Frente, as coordenações se utilizam de ferramentas como as mídias sociais, viabilizadoras tanto da

comunicação como do posicionamento político e da direção do movimento (FNDSUAS, 2022b).

A linha política da FNDSUAS se coloca contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, o machismo, a homofobia, o racismo, a violência contra indígenas, quilombolas e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, luta pela supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica e luta pela primazia da responsabilidade do Estado na condução e execução da Seguridade Social (FNDSUAS, 2022b). As pautas e temas que compõem a agenda Frente incluem, portanto, além da defesa das políticas sociais, a preocupação com demandas gerais das classes subalternas não desvinculadas a um projeto classista. As ações prático-políticas desenvolvidas por estas novas institucionalidades, a despeito das contradições e ambiguidades que lhe são inerentes, constituem-se em espaços de disputa, desempenhando um papel decisivo na construção de resistências, na defesa de direitos conquistados e no tensionamento do Estado para a ampliação de políticas públicas.

Conclusões

O estudo aqui apresentado permite concluir que a luta pela organização dos trabalhadores é resultado de um longo processo, de um intenso trabalho capilar que envolve as diversas instâncias organizativas: conselhos, comissões, sindicatos, movimentos, fóruns e frentes diretamente inseridos nos territórios, bem como uma rica articulação de instituições e formas participativas diversas. A organização, portanto, “não tem um fim em si mesma”, mas, a partir de uma linha política, tende a romper o isolamento, conquistar na luta cotidiana a hegemonia da classe trabalhadora, buscando assegurar as alianças de classe necessárias para fazer avançar a luta, tendo no partido político o elo aglutinador (Fresu, 2020; Del Roio, 2015).

Os movimentos objetos da pesquisa, embora tenham em suas origens a vinculação a uma pluralidade e diversidade de demandas da classe trabalhadora, denotam em suas trajetórias, objetivos e direção política a preocupação com a construção de um projeto societário abrangente e classista. Evidencia-se, igualmente, a potencialidade dessas expressões organizativas da sociedade civil, arenas de exercício e aprendizado políticos, de aglutinação de forças, essenciais à elevação da consciência crítica e à preparação prático-política dos grupos subalternos na construção de uma contra hegemonia. É forçoso reconhecer, ademais, a necessidade de fortalecer o horizonte da luta política mais ampla, integrando as reivindicações e ações emergidas nessas diferentes trincheiras de luta de classes em uma proposta totalizadora,

imperativo ao enfrentamento da “grande política” e à edificação de uma sociedade verdadeiramente justa e emancipada.

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. *TREZE: A política de rua de Lula e Dilma*. São Paulo: Cia das Letras, 2023.
- ABREU, M. *Serviço social e organização da cultura*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRAVO, M. I. S. Frente nacional contra a privatização e sua luta em defesa da saúde pública estatal. *Serviço Social e Sociedade* [online], n.105, p. 185-187, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100012>. Acesso em: 29 out. 2011.
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. As lutas pela saúde e os desafios da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde na atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (org.). *A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2014. p. 75-81.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E.J.; PINHEIRO, W. N. As contrarreformas na política de saúde do Governo Temer. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/19139/13218>. Acesso em: 03 jul. 2018.
- CASTRO C. A. de. *Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à Universidade no contexto do direito à cidade*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas, 2011.
- CARVALHO, M.C. (ed.). *Emancipa 10 anos: educando para a liberdade*. São Paulo: Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular, 2017.
- DEL ROIO, M. Classes subalternas e intelectuais. GOMES V. C. SOUSA, J. R. de RABELO, J. J. (org.). *Gramsci, Educação e Luta de Classes* Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e serviço social no Brasil. ABRAMIDES, B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE (FNCPS). Documento orientador da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde para as Conferências de Saúde Mental rumo à 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental - 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1DzxL24ecQ1-1kxHOLkqdV4TcPP-dno6i/view>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE (FNCPS). *Quem somos*. 2024a. Disponível em: contraprivatizacao.com.br. Acesso em: 25 mar. 2024.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE (FNCPS). Nota “07 de abril - Dia Mundial da Saúde”, 2024b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1lws07uZVmMQsouYX_W_C68njWzDqh5bI/view Acesso em: 11 jun. 2024.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE (FNCPS). Nota “POR UM SUS PÚBLICO, 100% estatal e de qualidade!”, 2024c. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3SRQLv1tEAVUDZNSXBwN0EyWDg/view?resourcekey=0-CbkYhtC4XupowOrsipQKmw>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- FNDSUAS, Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Seguridade Social. Quem Somos. *Frentenacionalsuas.org*, 2022a. Disponível em: <https://frentenacionalsuas.org/suas-em-pauta/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- FNDSUAS, Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Seguridade Social. Notícias. *Frentenacionalsuas.org*, 2022b. Disponível em: <https://frentenacionalsuas.org/suas-em-pauta/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

- FRESU, G. *Gramsci o homem filósofo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- LUZA, E. *Lutas sociais frente às contrarreformas na política de saúde: análise a partir do Fórum Catarinense em defesa do SUS e contra as privatizações*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018.
- MENDES, M.T. *Inclusão ou emancipação: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS). Porto Alegre, 2011.
- MOVIMENTO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) SEM-TETO (MTST). *Cartilha de Princípios*, 2013. Disponível em: [MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - Cartilha de Princípios by Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - Issuu](#). Acesso em: 15 dez. 2023.
- MOVIMENTO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) SEM-TETO (MTST). *Manifesto da frente povo sem medo*, 2015. Disponível em: [Carta Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo - MTST](#). Acesso em: 30 junho 2023.
- MOVIMENTO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) SEM-TETO (MTST). *Quem somos*, 2024. Disponível em: <http://mtst.org/quem-somos/o-mtst>. Acesso em: 15 março 2024.
- NASCIMENTO, M. S. A atuação política da frente nacional contra a privatização da saúde: um estudo das lutas e resistências em defesa do SUS. *Dissertação de Mestrado*: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- PEREIRA, P.A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L.C.; NOGUEIRA, V.M.R.; SILVA, V.R. (org.). *A política social na América Latina: perspectivas e desafios no século XXI*. Ponta Grossa: UEPG, p. 15-26, 2013.
- SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. *MTST- 20 anos de história*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- SOUZA, M. A. “As relações entre Movimento Sem Terra – MST e Estado: encontros e desencontros na educação de jovens e adultos dos assentamentos rurais”. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.